

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A miopia dos anti-identitários liberais e marxistas

Leandro Colling

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2026.v49.n2.e026015>

Submetido em: 2026-09-10

Postado em: 2026-09-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

DOI: 10.1590/0101-3173.2026.v49.n2.e026015

A miopia dos anti-identitários liberais e marxistas

Leandro Colling

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Bahia, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0519-2991>

E-mail: leandro.colling@gmail.com

Nota editorial: Este manuscrito foi aprovado para publicação na revista *Trans/Form/Ação* e encontra-se em preparação editorial. A versão de registro será publicada posteriormente pela revista.

Resumo: O texto apresenta uma cartografia com uma série de obras recentes escritas por intelectuais liberais e marxistas que têm elaborado novos discursos críticos às identidades negras e da diversidade sexual e de gênero. Sugere-se que essas obras estão constituindo uma perspectiva anti-identitária e evidencia-se que vários autores responsabilizam epistemologias decoloniais, negras, *queer* e trans pelo que seria um novo tipo de essencialismo identitário. Além disso, o neoliberalismo também teria capturado as identidades para gestar e esvaziar o seu caráter emancipador. Através dos estudos de Wendy Brown e Quinn Slobodian, o texto sustenta que esses diagnósticos estão equivocados porque o cerne do essencialismo está na ascensão da extrema-direita que, para levar o neoliberalismo às últimas consequências, tenta acabar com a democracia e com os principais atores políticos que a defendem.

Palavras-chave: Identitarismo, Neoliberalismo, Raça, Gênero, Filosofia.

Introdução

Em obras publicadas especialmente a partir de 2017, uma série de intelectuais progressistas (liberais e marxistas), oriundos de diversos campos do conhecimento, tem elaborado duras críticas aos ativistas e movimentos sociais negros e da diversidade sexual e de gênero. Nessas críticas, alegam que a militância estaria utilizando estratégias muito essencialistas, distintas daquelas que Gayatri Spivak (1985) definiu como “essencialismo estratégico”. Agora, o essencialismo teria chegado ao grau máximo, a ponto de que os marcadores sociais das diferenças que nos constituem, a exemplo da raça, sexo e gênero, determinassem de forma direta e absoluta as nossas identidades.

Para autores mais ligados ao liberalismo (Lilla, 2018; Mounk, 2024; McWhorter, 2024), que iniciaram essa onda de novos discursos críticos às identidades nos EUA, os

ativistas e movimentos sociais abandonaram os ideais liberais clássicos, a exemplo do universalismo. Já para os autores mais próximos do marxismo (Táíwò, 2025; Miguel, 2024; Barros, 2024), uma das razões desse fenômeno estaria no neoliberalismo, que promoveria o culto ao individualismo e estaria realizando uma gestão ou captura das identidades com a finalidade de lucro ou administração dos conflitos. Apesar das diferenças entre as perspectivas, ambas tendem a responsabilizar as epistemologias decoloniais, negras, *queer* e trans pelo essencialismo, que passou a ser chamado de variadas formas, a exemplo de “identitarismo” (Miguel, 2024; Barros, 2024), “liberalismo identitário” (Lilla, 2018), “síntese das identidades” (Mounk, 2024), “captura das identidades” (Táíwò, 2025), entre outras categorias.

Aqui não teremos como objetivo nos contrapor a todos os argumentos apresentados pelos autores. A proposta é a de apresentar parte de uma cartografia¹ dessas obras, nos termos de Foucault (1993), e apontar uma miopia desses estudos: os efeitos nefastos do neoliberalismo para com as identidades subalternas. Defenderemos que as transformações ocorridas nas fases mais recentes do neoliberalismo e o seu realinhamento com a ascensão da extrema-direita podem nos dar explicações mais sensatas sobre o tema e elucidar as condições de emergência desses estudos.

O artigo também sugere que estamos assistindo, pela primeira vez, à emergência de perspectivas teóricas e conceituais anti-identitárias. Elas se diferenciam das já conhecidas problematizações das identidades realizadas, por exemplo, pelos estudos culturais² e *queer*³. Essas perspectivas, que foram chamadas de pós-identitárias (Louro, 2001), elaboraram diversas críticas às identidades, em especial quando elas são utilizadas de forma essencialista, binária, estática e naturalizante⁴. O feminismo negro, através do conceito de interseccionalidade, também chamou atenção para o fato de que somos compostos por mais de uma identidade⁵. Apesar disso, como veremos a seguir, são os principais expoentes dos estudos decoloniais, negros, *queer* e trans que são responsabilizados pela deriva essencialista que estaria assolando ativistas e movimentos sociais negros e LGBTQIAPN+. Enquanto as perspectivas pós-identitárias elaboravam críticas aos limites das identidades e suas políticas,

¹ Este texto integra uma pesquisa realizada em estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a supervisão da Dra. Suely Rolnik

² Refiro-me, por exemplo, às reflexões de Paul Gilroy (2001) e Stuart Hall (2003 e 2007).

³ Os estudos *queer* nunca reivindicaram que o *queer* se transformasse em uma identidade. Judith Butler (2003), desde *Problemas de gênero*, já questionava quem é o sujeito do feminismo e quem poderia se afirmar como uma mulher.

⁴ Nos últimos anos, continuam sendo produzidas obras que desenvolvem o que veio a ser chamado de estudos pós-identitários. Um bom exemplo é o livro de Asad Haider (2024).

⁵ Sobre o assunto, ver Patrícia Hill Collins (2021), Kimberlé Crenshaw (2020) e Carla Akotirene (2019).

com o intuito de qualificar as ações dos movimentos sociais, as perspectivas anti-identitárias defendem o abandono da identidade no fazer político.

1 Perspectivas liberais

Mark Lilla, professor da Universidade de Columbia, foi um dos primeiros a alavancar a onda de novos livros críticos às identidades. Logo após a primeira vitória de Donald Trump, em 2016, ele passou a defender que os democratas teriam perdido as eleições em função da excessiva preocupação com as identidades. Inicialmente, ele apresentou a ideia em um artigo publicado no final de 2016 no *The New York Times*. O texto foi o mais lido do ano na seção de política. Em 2020, ele organizou uma polêmica carta, assinada por vários intelectuais, que pediam que a esquerda dos EUA abandonasse o que ele definiu, em seu livro, como a “era do liberalismo identitário”. A carta, que ampliou todo esse movimento, foi publicada na *Harper’s Magazine* e gerou uma enorme repercussão. O texto foi assinado por John McWhorter e Yascha Mounk (outros dois autores que logo depois escreveram livros críticos às identidades, como veremos adiante). A escritora J.K. Rowling, autora da série de obras de Harry Potter, conhecida opositora das pautas trans, também assinou a carta, assim como intelectuais de esquerda como Noam Chomsky e Cornel West⁶. Lilla considera que a política identitária utilizada pelos democratas teria ocasionado a perda de sentido do que as pessoas compartilhavam como cidadãos e do que unia os americanos como nação (Lilla, 2018, p. 14). Os jovens, ao invés de se abrirem para o mundo exterior, teriam se voltado exclusivamente para a própria interioridade. E tudo isso deixaria os grupos mais vulneráveis, ao invés de mais protegidos.

O que ele chama de “liberalismo identitário” teria se transformado em um “projeto de evangelização” (Lilla, 2018, p. 18) com uma espécie de catequismo. Infectados por um egocentrismo de uma sociedade burguesa hiperindividualizante, os militantes formados pelas universidades americanas promoveriam uma “olimpíada de vitimização”. A Nova Esquerda teria deixado de pensar no que havia em comum entre as pessoas para pensar na diferença.

Ele também atribui essas transformações aos modismos universitários que ensinam, por exemplo, que as identidades de gênero são maleáveis, ao modelo “Facebook de identidade” (Lilla, 2018, p. 73). “Todo um vocabulário acadêmico foi desenvolvido para expressar esses conceitos: fluidez, hibridez, interseccionalidade, performatividade, transgressividade, entre outros.” (Lilla, 2018, p. 72). Embora não cite autorias, aqui fica

⁶ A carta pode ser lida em <https://harpers.org/a-letter-on-justice-and-open-debate/> - Acesso em: 26 out. 2025.

evidente que o autor está se referindo a reflexões e conceitos oriundos do feminismo *queer* e negro. Para ele, os liberais universitários se tornaram obcecados pela identidade e, com isso, ficaram menos inclinados a se envolver no debate político racional. Embora liberal, Lilla elogia os marxistas.

O marxismo como ideologia tinha muitos defeitos, mas pelo menos uma grande virtude: forçava os adeptos a olharem para fora de suas posições particulares e se envolverem intelectualmente com as forças profundas que influenciam a história – forças como classe, guerra, religião e ciência. (Tinha dificuldade com raça, tendendo a reduzi-la a uma questão de classe.) Os marxistas mantinham os olhos presos no horizonte; em geral, viam as coisas de cabeça para baixo, ou enxergavam quimeras, mas pelo menos estavam olhando para fora. Com o surgimento da consciência identitária liberal, todos os olhos se voltaram para dentro. (Lilla, 2018, p. 77).

A saída, segundo o autor, seria abandonar a retórica do narcisismo⁷ e apelar à ideia de cidadania. “Nosso liberalismo deve se tornar um liberalismo cívico” (Lilla, 2018, p. 18).

Seis anos depois, o também liberal Yascha Mounk, professor de relações internacionais na Universidade Johns Hopkins, amplia as reflexões iniciais de Mark Lilla. De forma mais esquemática e profunda, também alega que as universidades é que criaram a “armadilha da identidade”, especialmente através dos estudos de Michel Foucault, Edward Said, Gayatri Spivak, Kimberlé Crenshaw, Donna Haraway, entre outros/as, que teriam se tornado hegemônicos/as em vários departamentos⁸. Hoje, as pessoas formadas nas universidades estariam aplicando esses estudos em movimentos sociais e grandes organizações, inclusive em empresas como a Coca-Cola.

Mounk nomeia de “síntese da identidade” o *modus operandi* do fenômeno que ele analisa, que teria sete proposições fundamentais:

[...] um profundo ceticismo sobre a verdade objetiva, inspirado por Michel Foucault; o uso de uma forma de análise de discurso para fins explicitamente políticos, inspirado por Edward Said; uma aceitação de categorias essencialistas de identidade, inspirada por Gayatri Chakravorty Spivak; um orgulhoso pessimismo sobre o estado das sociedades ocidentais, bem como uma preferência por políticas públicas que tornem explicitamente a maneira como alguém é tratado dependente do grupo ao qual pertence, ambos inspirados em Derrick Bell, e a aceitação de uma lógica interseccional para o ativismo político, bem como um ceticismo profundo sobre a capacidade de grupos diferentes se entenderem, ambos associados a Kimberlé Crenshaw (Mounk, 2024, p. 91).

Ele defende que a esquerda abandone essa “nova ortodoxia identitária” e retome os valores universalistas que teriam sido originados pela tradição liberal, princípios que ele

⁷ Em um outro texto, abordarei especificamente sobre como o conceito de narcisismo tem sido reutilizado em obras dos novos discursos críticos às identidades.

⁸ Wendy Brown (2017) apresenta reflexões bem distintas sobre o que teria acontecido, nas últimas décadas, nas universidades dos EUA. Segundo ela, as humanidades, as artes e as ciências sociais teriam perdido terreno, em especial nas universidades públicas, para um ensino mais profissionalizante.

chama de “liberalismo filosófico”. Por isso, ele defende uma “robusta liberdade de expressão” para que todas as pessoas possam dizer o que pensam e o fim das ações afirmativas, pois os governos não deveriam produzir políticas que beneficiam as pessoas com base em sua raça, orientação sexual ou identidade de gênero. O fato de hoje a maioria dos cidadãos dos países de democracias liberais aceitarem a homossexualidade derivaria dessa tradição liberal. A luta dos movimentos sociais não é citada pelo autor como consequência dessa conquista. Ao tratar sobre os movimentos trans, alega que eles querem negar o que ele chama de “sexo biológico”. Trata-se de uma das muitas ideias equivocadas que se repetem em várias das obras analisadas neste artigo. Essa ideia faz com que as feministas trans excludentes sejam aliadas desses novos discursos, o que se verifica desde o princípio com a assinatura de J.K. Rowling no manifesto organizado por Lilla e assinado por Mounk.

Como muito bem analisou Berenice Bento (2026), são essas perspectivas referendadas por Mounk e defendidas pelas ativistas transexcludentes que promovem o que ela chamou de “retorno ao essencialismo estratégico biológico”. Bento destaca que, antes de Spivak ter criado a ideia, a formulação político-filosófica já vinha sendo operada não como instrumento de transformação social, como objetivam os movimentos sociais feministas e negros, mas como mecanismo de preservação do poder dos grupos hegemônicos.

A presença política das pessoas trans em todas as esferas da vida social (na política institucional, na academia, nas artes) foi o estopim para vermos os discursos essencialistas retornarem com o mesmo desejo de força regulatória observado durante a escravidão, quando a biologia era acionada como prova científica irrefutável das diferenças entre as raças (Bento, 2026, s.p.).

Os focos centrais de Mounk e vários dos autores dos novos críticos às identidades estão nas teorias críticas da raça e nos ativismos negros. Os conceitos de branquitude e fragilidade branca (em referência ao conceito de Robin Diangelo) são considerados equivocados porque produziram o que o autor chama de um “separatismo progressista”, que seria uma “armadilha perigosa” (Mounk, 2024, p. 229).⁹ Outra crítica é dirigida pelo autor à ideia de racismo estrutural, que teria substituído a noção de racismo individual. Com isso, “membros de grupos que são comparativamente desprovidos de poder são incapazes de realizar ‘discriminação sistemática’ contra membros de grupos que são comparativamente poderosos, mesmo as formas mais vis de ódio não devem ser consideradas racistas” (Mounk, 2024, p. 271).

⁹ A socióloga Robin Diangelo (2018) é, sem dúvida, uma das autoras mais atacadas pelos autores dos novos discursos críticos às identidades. Em seu livro, não consta nenhuma proposta que sugira algum tipo de separatismo. Pelo contrário, os conceitos pretendem fazer com que os brancos se conscientizem do seu papel crucial no combate ao racismo.

Ao final da extensa obra, ele produz um manual para que pessoas e organizações escapem da “armadilha da identidade”. Entre os conselhos, está o de reivindicar uma posição moralmente superior para não recair em uma vergonha internalizada ao criticar as identidades. Outra dica é não produzir palestras agressivas ou ataques raivosos, pois essa tática seria contraproducente. Por fim, ele aponta semelhanças e diferenças entre a “síntese das identidades” e o marxismo. As semelhanças estariam no fato de que ambos são céticos em relação à democracia liberal e aos valores universais. No entanto, o autor defende que a “síntese das identidades” não é oriunda do marxismo, apesar de um dos textos mais lidos nas escolas de educação dos EUA, segundo ele, ser de Paulo Freire. Conforme defendeu ao longo do livro, Mounk atribuiu ao pensamento de Michel Foucault e Jean-François Lyotard o impulso original para a formação da “síntese das identidades”.

Outro livro crítico às identidades, publicado nos Estados Unidos em 2021 e no Brasil em 2024, foi escrito pelo professor John McWhorter, da Universidade de Columbia. Em *Racismo woke: como a militância traiu o movimento antirracista*¹⁰, também com a proposta de apresentar um “projeto pragmático, efetivo e liberal” para combater o racismo, ele defende que existem três ondas no movimento antirracista. A primeira foi a que teria batalhado contra a escravidão e a legalização da segregação. A segunda, nos anos 1970 e 1980, atacou as atitudes racistas e teria ensinado que ser racista é uma falha moral. A terceira, que teria se popularizado a partir de 2010, ensinaria que o racismo é uma parte intrínseca da sociedade e que se perpetuaria com a cumplicidade das pessoas brancas. O foco da sua crítica está na terceira onda, que ele considera como uma religião que funcionaria como um dogma, uma seita com catequese, pregadores, padres e fiéis. Para ele, os negros se consideram como os *Eleitos* de um clero, que possuem uma “magia” e discursos infundados que insistem em apontar que o pecado original é o “privilégio branco”, do qual os brancos nunca serão absolvidos (McWhorter, 2024, p. 49). “Quero dizer que esse movimento é uma religião de verdade. Um antropólogo não veria diferença entre o pentecostalismo e essa nova forma de antirracismo” (McWhorter, 2024, p. 43).

Para McWhorter, a terceira onda do movimento teria três autores principais: Ta-Nehisi Coates, com o livro *Entre o mundo e eu*, Robin Diangelo, com *Fragilidade branca e Não basta ser racista – sejamos antirracistas*, e Ibram Kendi, em *Como ser antirracista*. O autor defende que esses livros compõem um combo de três testamentos que seria resultante

¹⁰ *Woke* significa desperte/acorde, em inglês, e foi uma palavra muito usada pelo movimento *Vidas negras importam*, nos Estados Unidos.

da teoria crítica da raça¹¹. As reflexões dessas perspectivas estariam tomando conta das universidades e da cultura de um modo geral. “Uma parte essencial do kit de ferramentas dos militantes desse movimento é chamar quem discorde deles de racista, ou então o mais importante termo do movimento: ‘supremacistas brancos’” (McWhorter, 2024, p. 34). Para ele, o conceito de privilégio branco teria encurralado e exigido que todos os brancos, nascidos pelo pecado original de serem brancos, passassem a se menosprezar¹². Por outro lado, os negros, ao invés de amarem a si mesmos, agora viveriam na vitimização e se deleitando no ato de odiar a branquitude. As obras que tratam sobre branquitude e privilégio branco também teriam como proposta dividir o povo em classes raciais, o que as duas outras ondas teriam nos ensinado a não fazer.

O tom do livro é debochado e agressivo, semelhante ao que, no Brasil, vemos nos livros de Antonio Risério, sobre os quais trataremos em outro texto.¹³ Semelhante aos livros da extrema-direita do fundamentalismo religioso antigênero, McWhorter (2024, p. 41) alerta: “não se engane: essas pessoas estão vindo atrás dos seus filhos”¹⁴. Ele diz isso em referência às políticas educacionais que teriam sido influenciadas pelas novas reflexões em torno das questões raciais. Para ele, os negros aderem a esses discursos porque eles oferecem um senso de pertencimento.

Na parte final do livro, o autor critica a política de cotas para negros nas universidades norte-americanas porque as ações afirmativas teriam colocado pessoas negras em instituições de elite sem que elas estivessem preparadas para acompanhar o ritmo de estudos. Isso faria com que muitos alunos negros desistissem dos cursos¹⁵. Ao invés disso, a militância deveria se concentrar em três esforços: acabar a política de guerra às drogas, exigir uma política educacional que ensine as crianças a ler corretamente através do método fônico e superar a

¹¹ Quando os autores se referem à teoria crítica da raça, sempre a entendem como um bloco homogêneo de autorias, como se dentro dessa perspectiva teórica, como em qualquer outra, não existissem tensionamentos ou divergências. No entanto, Richard Delgado e Jean Stefancic (2021), autores de um livro quase sempre citado pelos críticos, enfatizam que a teoria crítica da raça, embora com várias convergências, teria pelo menos duas vertentes que entram em constante conflito e que provocaram uma profunda divisão entre os autores.

¹² Essa é mais uma das leituras equivocadas e distorcidas dos novos discursos críticos às identidades. Vejamos como Robin Diangelo (2018, p. 48) define privilégio branco: “um conceito sociológico decorrente das vantagens consideradas normais pelos brancos, mas que não podem ser similarmente desfrutadas pelas pessoas de cor no mesmo contexto (governo, comunidade, trabalho, escolas etc.). Porém, deixem-me ser clara: afirmar que o racismo privilegia os brancos não é o mesmo que dizer que os indivíduos brancos não lutam ou enfrentem barreiras. Significa que nós não encaramos as barreiras específicas do racismo”.

¹³ Ver Risério (2024 e 2023).

¹⁴ No livro *A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*, o reverendo norte-americano Louis P. Sheldon (2012) defendeu que as universidades estariam tomadas por uma epidemia da diversidade e oferece um passo a passo para combater aquilo que chama de “ideologia de gênero” nas instituições de ensino.

¹⁵ Em outro momento, o autor alega que negros pobres passaram a pensar que não trabalhar é uma escolha normal depois de a esquerda ter feito uma intensa campanha para que eles se inscrevessem em programas de assistencialismo (McWhorter, 2024, p. 129).

ideia de que todos devem ir para a faculdade. Ao invés do ensino superior, o autor sugere cursos profissionalizantes de dois anos para que as pessoas trabalhem como “eletricistas, encanadores, técnicos hospitalares, instaladores de televisão a cabo, mecânicos automotivos e muitas outras profissões” (McWhorter, 2024, p. 147).

Assim como fez Mounk, McWhorter também termina seu livro com um pequeno manual de como combater a “religião dos Eleitos”. Segundo o autor, não valeria a pena discutir com esses militantes, pois eles não buscariam a conversa e sim a conversão. Em seguida, ele sentencia: “Nossa estratégia de enfrentamento, portanto, não deve ser evitar sermos chamados de racistas, mas *nos acostumar com isso e seguir em frente mesmo assim*” (McWhorter, 2024, p. 170 – itálico do autor).

Ao contrário de Lilla e Mounk, McWhorter apresenta uma série de casos ocorridos nos EUA em que a militância teria exagerado ou agido como seita. Entre eles estão ações em que ativistas solicitam a demissão de algumas pessoas em jornais ou escolas, por exemplo, em função de posições consideradas racistas. Em um trecho considerado por ele como um dos mais complexos do livro, McWhorter defende a ideia de que muitas denúncias de racismo são falsas. Para isso, ele apenas cita o livro de Wilfred Reilly, intitulado *Hate crime hoax*, obra que foi criticada por vários especialistas pelo seu viés ideológico e amostragem distorcida dos casos¹⁶. Também chama a atenção o exercício do autor ao prever eventuais críticas ao seu livro. As pessoas poderiam dizer, alerta McWhorter, que o verdadeiro problema é a direita e os racistas que invadiram o Capitólio. Para o autor, isso não passa de uma manobra de debate porque o conservadorismo não estaria dominando certas instituições e estruturas sociais. É necessário fazer aqui uma longa citação do livro:

A questão é: quais instituições oficiais estão se curvando diante da militância física *daqueles que entraram em confronto com policiais no saguão do Capitólio*? Note que a resposta é nenhuma.

“Pode acontecer aqui”. Certo, é algo com que devemos nos preocupar, mas, já que estamos falando nisso, onde foi que isso “aconteceu” tirando o terrível episódio do Capitólio, que, inclusive, é algo extremamente improvável de se repetir?

Enquanto isso, ninguém pode negar que a ideologia dos Eleitos exerce um domínio sufocante em instituições que mal conheciam poucos anos atrás. Os Eleitos estão

¹⁶ Segundo uma reportagem do jornal *Washington Post*, Wilfred Reilly estima que até 15% dos crimes de ódio relatados ao FBI sejam falsificados. Outro pesquisador, Brian Levin, do Centro de Estudos sobre Ódio e Extremismo da Universidade Estadual da Califórnia em San Bernardino, estima a taxa de fraudes em um valor muito menor, inferior a meio por cento. A diferença nas conclusões estaria nos critérios de amostragem. Levin contabilizou crimes de ódio que são relatados às autoridades e que posteriormente se comprovam terem sido deliberadamente falsificados. Já Reilly teria incluído em seu banco de dados vários incidentes não criminais que inicialmente geraram especulações sobre motivações odiosas. Ver https://www.washingtonpost.com/local/are-hate-crime-hoaxes-on-the-rise-along-with-real-hate-crimes/2019/12/05/de339302-0a44-11ea-97ac-a7ccc8dd1ebc_story.html - Acesso em: 26 fev. 2026.

mudando a sociedade, ou, pelo menos, a forma como a sociedade se sente à vontade para se comportar quando vive ameaçada por difamação. A turba que invadiu o Capitólio não vai gerar mudança alguma. (McWhorter, 2024, p. 157)

McWhorter informa que escreveu o seu livro no verão de 2020. O primeiro mandato de Donald Trump foi de 2017 a 2021 e ele foi eleito novamente em 6 de novembro de 2024. Sempre atacou as políticas em prol da diversidade e, assim que assumiu pela segunda vez, extinguiu todas as políticas de respeito à diversidade do governo federal, inclusive com a proibição do uso de 200 expressões, entre elas raça e gênero. Uma das alegações do presidente foi a mesma defendida pelos intelectuais liberais até aqui citados: o governo não pode fazer política com base na orientação sexual, no gênero e na raça das pessoas¹⁷.

No Brasil, o filósofo Wilson Gomes, professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, é um dos intelectuais que se identifica como liberal e que produziu uma série de textos em perspectiva anti-identitária. Ele reuniu boa parte de seus artigos, a maioria deles publicados no jornal Folha de S. Paulo em 2023 e 2024, no livro *A tirania da virtude – autoritarismo, intolerância e dogmatismo na política identitária*, lançado em 2025. Apresentando-se como “um sujeito de profundas convicções liberais”, Gomes reiteradas vezes defende a ideia de que os ativistas se posicionam como moralmente superiores em suas reivindicações e discursos. Assim, ele segue a sugestão dada por Yascha Mounk: o crítico é quem deve se colocar moralmente superior, como um pesquisador neutro capaz de produzir uma análise distanciada e sensata. Na verdade, Gomes transforma em textos para o grande público as principais ideias que integram os livros dos autores liberais norte-americanos listados anteriormente¹⁸. Talvez a única diferença seja em relação ao uso da categoria “identitarismo”, que se tornou mais comum no Brasil e não vemos nos intelectuais anteriores. Para Gomes (2025, p. 92), o identitarismo seria beligerante, autoritário e dogmático.

Nos textos iniciais e mais longos presentes no livro, Gomes estabelece uma série de características do que seria a política identitária da atualidade, expressão que é usada como sinônimo para o “identitarismo de esquerda”. Ainda que em poucos trechos ele também cite o que seria o “identitarista de direita ou conservador”, o foco de sua crítica reside nos ativismos

¹⁷ Em 2023, a Suprema Corte dos Estados Unidos proibiu universidades de levar em conta critérios raciais nos seus processos seletivos. Levantamento divulgado no início de 2026 mostra que isso gerou uma queda nas admissões de estudantes negros e latinos em universidades de elite. Em muitas outras instituições, ocorreu o oposto. Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/02/fim-de-aco-es-afirmativas-muda-perfil-racial-das-universidades-americanas.shtml> - Acesso em: 5 mar. 2026.

¹⁸ Na introdução do livro, Gomes diz que não fará citação de autores que, segundo ele, publicaram grandes livros de crítica ao identitarismo, mas que os seus prediletos são Mark Lilla, Yascha Mounk, Susan Neiman, Elisabeth Roudinesco, Francisco Bosco e Antonio Risério. Aqui, mais uma vez, fica nítido o mapa de nossa cartografia.

de esquerda, em especial os negros e da diversidade sexual e de gênero, que teriam surgido no Brasil após 2013. Para Gomes, as premissas ideológicas fundamentais da ideologia identitária são: a produção de uma dicotomia irreduzível, pois não haveria política de identidade sem antagonismo; o cerco e a opressão, com um constante embate entre vítima e algoz; a ideia de que o antagonista é um ser perverso e poderoso; o conflito beligerante contínuo; a obsessão pelo protagonismo; uma guerra epistêmica sobre quem detém a verdade e autorização moral para o autoritarismo, que inclui a legitimação para os cancelamentos e linchamentos digitais.

Entre as estratégias do identitarismo, segundo Gomes, estariam o vitimismo, o “vigilantismo”, que transforma todo militante em um vigilante à busca de “pecados alheios” para a produção de execração pública, o punitivismo e o uso das minorias como um escudo. Sobre esse último, ele explica:

Na política identitária, a principal defesa contra a crítica consiste em atacar o crítico, desqualificá-lo; e não há tática mais eficiente para isso do que acusá-lo de estar ofendendo, desrespeitando ou humilhando não o indivíduo ou organização que critica, mas a própria identidade oprimida (Gomes, 2025, p. 47).

A satanização do outro seria outra das estratégias mais eficazes, que estaria presente tanto no identitarismo de esquerda quanto de direita. “O bolsonarismo precisava de um inimigo a ser satanizado para construir a sua própria identidade, do mesmo modo como a esquerda identitária precisou do homem homossexual, cis, branco e cristão para construir o seu próprio espantalho” (Gomes, 2025, p. 55). Em vários textos, Gomes usa a expressão “tribalismo identitário”¹⁹ para se referir ao “identitarismo de esquerda” e lamenta que os ideais do Iluminismo, a exemplo do universalismo, não teriam espaço nessa sociedade que emerge das “escaramuças identitárias”. Sobraria apenas a fragmentação e o particular.

Também é recorrente Gomes fazer críticas ao uso do conceito de lugar de fala, ao que seria uma valorização da raça em detrimento da classe e aos estudos sobre a branquitude. Esses estudos, a exemplo das obras da professora Lia Vainer Schucman (2020), teriam modificado o conceito de racismo ao incluir a ideia de que o racismo garante privilégios e acesso ao poder para a raça considerada superior. Aqui Gomes se refere aos debates sobre se os negros podem ou não ser considerados racistas para com os brancos, se todos os brancos são racistas ou se desfrutam de algum privilégio pelo fato de serem brancos. O professor se contrapõe a essas três ideias. Ele considera essa ideia de racismo como um truque que serve para encobrir o racismo dos antirracistas. “O racismo contra os brancos – ou contra a

¹⁹ Essa categoria advém do livro de Susan Neiman (2024), outra filósofa que escreveu um livro sobre o assunto. Por questão de espaço, optamos por não tratar dessa obra neste texto.

branquitude – passa, então, a ser justificado. (...) Quem inventou que negros não podem ser racistas, em suma, concedeu passe livre ao racismo vindo de militantes do antirracismo” (Gomes, 2025, p. 101).²⁰

2 Perspectivas marxistas

Para Yascha Mounk, as principais raízes do que ele chamou de “síntese das identidades” residem na rejeição das grandes narrativas, incluindo o marxismo. Os seguidores da “síntese das identidades” apostam em categorias baseadas na raça, orientação sexual e gênero como base para entender o mundo, e não a classe social. Isso, segundo ele, ajudaria a explicar por que escritores marxistas, como o jovem escritor Olúfemi O. Táíwò, nigeriano naturalizado estadunidense, tornaram-se críticos ferrenhos da “síntese das identidades”.

Táíwò é filósofo e professor da Universidade de Georgetown e publicou o livro *Captura: como a elite sequestrou as políticas de identidade*, lançado nos Estados Unidos (em 2022) e no Brasil (em 2025). A obra pretende produzir uma crítica desde dentro dos movimentos sociais e se distanciar das leituras liberais sobre o movimento *woke*. No entanto, um dos seus principais alvos também se encontra na perspectiva teórica do ponto de vista, desenvolvida pelo feminismo. Para Táíwò, as elites capturaram as pautas dos movimentos sociais e, com isso, esvaziaram a possibilidade de grandes transformações na sociedade. O conceito de elite que ele utiliza é bem amplo.

A principal preocupação deste livro é o elitismo em si – e não há uma regra rígida para definir que tipo de pessoa é parte da elite. Às vezes, você é parte da elite pela forma como as pessoas decidiram (ou foram forçadas a) se relacionar com algum aspecto de sua identidade social. Outras vezes, você é parte da elite por causa de uma vantagem mais contingente: seu nível de escolaridade, riqueza ou prestígio social. Em outros casos, você é parte da elite só porque é o único do seu grupo que está em uma sala específica. (...)

A captura pela elite acontece quando os poucos favorecidos direcionam para seus próprios interesses e objetivos restritos os recursos e instituições que poderiam servir a muitos. (Táíwò, 2025, p. 43)

Ele enfatiza que a captura pela elite se refere a um problema político geral e não apenas afeta as políticas identitárias. No entanto, em se tratando de questões identitárias, a captura da elite criaria o que o autor chama de “política da deferência”. É quando você não é o criador da sala e não pode controlar como ela funciona e reage, mas pode falar. Essa

²⁰ Essas ideias também serão fartamente utilizadas por Antonio Risério (2026, 2024, 2023, 2022 e 2019), que nos últimos anos lançou vários livros em perspectiva anti-identitária em diálogo profícuo com os autores citados neste artigo. Outro autor importante nesse debate é Francisco Bosco (2017 e 2022). Ambos dialogam com perspectivas liberais para também produzir discursos que consideramos anti-identitários. Também por questão de espaço não teremos como tratar de todos esses livros.

política, para Táíwò, pode ser limitante e enganosa. Um exemplo dessa política de deferência seria o chamado a ouvir os mais afetados por alguma questão. Esses chamados, diz o autor, “nunca me desceram bem”.

‘Pôr os mais marginalizados no centro’, em minha experiência, geralmente tem significado entregar autoridade conversacional e atenção para quem já está na sala e aparece para se enquadrar em uma categoria social associada a alguma forma de opressão – independentemente do que essas pessoas tenham ou não realmente vivido e do que realmente saibam ou não sobre o assunto em debate. (...) Seguir as regras de deferência muitas vezes tem significado que a discussão deve permanecer dentro da sala, enquanto as pessoas mais afetadas por ela ficam do lado de fora.

Essa política de deferência em particular surgiu de uma orientação teórica chamada epistemologia do ponto de vista, que se tornou popular nos circuitos feministas na década de 1970 e continua a contribuir para o pensamento de muitos ativistas e acadêmicos desde então (Táíwò, 2025, p. 94).

A abordagem deferencial da epistemologia do ponto de vista impediria colocar no centro aquele que é mais marginalizado. Ela também jogaria a responsabilidade nas costas de pessoas selecionadas e, “na maioria das vezes, nas costas de uma caricatura higienizada e completamente ficcional delas” (Táíwò, 2025, p. 105). Assim, conclui o autor, essa abordagem seria antipolítica e minaria os objetivos que motivaram um projeto. Ao invés da política da deferência, Táíwò sugere a construção de uma “política construtiva”, que “é aquela que envolve diretamente a tarefa de redistribuir recursos sociais e poder, em vez de perseguir metas intermediárias convertidas em símbolos” (Táíwò, 2025, p. 108).

Uma das novidades dos novos discursos críticos às identidades está no uso da categoria de “identitarismo”, utilizada no Brasil tanto por autores mais ligados ao liberalismo (Gomes, 2025) quanto os mais próximos de perspectivas marxistas (Miguel, 2024; Barros, 2024). Trata-se de uma categoria inicialmente usada por pesquisadores apenas para se referir aos movimentos de extrema-direita franceses, desde a *Nouvelle Droite*, do final dos anos 1960, ao *Bloc Identitaire – Mouvement Social Européen*, criado em 2002-2003 e que, em 2009, se transformou em um partido político que foi extinto pelo governo francês em 2021. Esses movimentos de supremacistas brancos se baseavam em ideias defendidas por vários intelectuais, a exemplo de Guillaume Faye, considerado um dos principais teóricos do identitarismo através do conceito de “arqueofuturismo” (Vasconcelos, 2023)²¹.

O cientista político Luis Felipe Miguel é autor do livro *Marxismo e política: modos de usar*, lançado em 2024, e usa a categoria “identitarismo” “para designar especificamente a tendência de afirmar o pertencimento de grupo descolando-o das estruturas sociais de

²¹ Apesar disso, alguns intelectuais fazem aproximações diretas entre o que seria um identitarismo de esquerda com o nazismo. Ver Antonio Risério (2024, p. 25).

dominação”. Segundo ele, o “identitarismo” privilegiaria uma “gramática liberal e idealista, estabelecendo-se em espaço oposto ao materialismo histórico” (Miguel, 2024, p. 23). Repetindo o diagnóstico dos liberais, trata-se, segundo ele, de uma leitura de mundo influenciada pela teoria da interseccionalidade e pela teoria crítica da raça, ambas de origem estadunidense (Miguel, 2024, p. 78). Em texto mais recente, Miguel defendeu que

[...] o identitarismo não é a expressão desencarnada de algum espírito do tempo. Ele é levado a cabo por agentes interessados, que obtêm vantagens materiais e simbólicas nada desprezíveis, respondendo a incentivos muito claros que são oferecidos a quem se dispõe a essa “rebeldia” dentro e a favor do sistema.

Apontar a relação entre identitarismo e neoliberalismo é apenas dizer o óbvio. Ficar neste nível de generalidade é se evadir do debate. O que é espinhoso é discutir os mecanismos pelos quais movimentos de índole inicial emancipatória são cooptados para uma posição que é, ao fim e ao cabo, reacionária – e, no mesmo passo, instrumentalizados para o benefício privado de seus porta-vozes autoinstituídos (Miguel, 2025, online).

Miguel também critica a ideia de lugar de fala, originada da perspectiva do ponto de vista. Para ele, inicialmente o lugar de fala pretendia evidenciar que todo discurso é socialmente posicionado e que a identidade do falante não é irrelevante. Agora, “ter lugar de fala tornou-se um bilhete de acesso, numa leitura literal da metáfora: é ter assento numa assembleia exclusiva. Quem não tem ‘lugar de fala’ não tem assento, logo deve ser expulso, isto é, se calar” (Miguel, 2024, p. 92). Isso, segundo ele, produz uma exacerbação do privilégio epistêmico dos dominados. A tese do autor é que as lutas identitárias apagaram ou invisibilizaram as discussões sobre classe social em nossa sociedade. Para ele, “a epistemologia marxiana (...) abre caminhos mais promissores para a intervenção política transformadora” (Miguel, 2024, p. 91).

O filósofo e psicanalista Douglas Barros escreveu um livro específico para tentar entender o que seria o “identitarismo”. Lançada em 2024, a obra contribuiu para ampliar e complexificar o debate e rapidamente se tornou uma referência para muitos intelectuais de esquerda e progressistas brasileiros, com grande repercussão na imprensa e nas redes sociais. A impressão inicial, minha e de muitas outras pessoas, era de que a obra não se alinhava a essa nova tendência dos discursos críticos às identidades. Talvez isso aconteça porque nas primeiras partes do livro o autor dialoga com vários autores pós-identitários. No entanto, ainda que não repita os mantras dos demais livros citados neste artigo, o autor também acaba por surfar na mesma onda.

Barros também acredita, por exemplo, que o “identitarismo” teria versões de direita e de esquerda. Ele defende que o primeiro identitarista foi o homem branco colonizador. Para

Barros, na atualidade, o “identitarismo” é o sintoma da centralidade da dimensão essencialista da identidade e faz parte da realidade social contemporânea. Para ele, trata-se de um fenômeno que não é consciente, deste ou daquele movimento social, mas algo ligado às formas de gestão da vida social no capitalismo de crise. O argumento central do autor é de que o neoliberalismo teria produzido a gestão dos conflitos identitários e, com isso, esvaziado o seu potencial emancipador. Assim, as identidades ficariam na mira da administração como uma forma de policiamento (Barros, 2024, p. 27).

No quinto capítulo, após refletir sobre o neoliberalismo, a centralização no individualismo, o primado do eu empreendedor, entre outras questões, o autor defende que toda a parafernália do neoliberalismo também criou um Estado regulador dedicado à prevenção dos conflitos. “É aí que as identidades, organizadas por pertencimento a grupos historicamente excluídos, entram na planilha” (Barros, 2024, p. 111). Assim, o ativismo em torno da identidade ficaria reduzido “à máscara da *representatividade* democrático-liberal” (Barros, 2024, p. 154 – itálico do autor). Adiante, irei defender, via estudos de Wendy Brown (2017; 2021) e Quinn Slobodian (2024; 2025), que as mais recentes novidades do neoliberalismo não dizem respeito à gestão das identidades, mas sobre a tentativa de aniquilamento da democracia e das identidades subalternas.

Após citar Freud e a ideia de que o delírio contradiz a realidade, o lado psicanalista de Barros produz uma espécie de diagnóstico subjetivo do “identitarismo” e aciona a ideia de narcisismo, mesmo recurso também utilizado por Mark Lilla.

O identitarismo é um delírio: nele se julga já ter encontrado o objeto, e, portanto, o outro, a diferença, é sempre uma ameaça. O identitarismo é o fechamento da identidade que reduz o outro a si através do estereótipo, da racialização e da exclusão da diferença. (...) Todos esses delírios de encontro consigo próprio numa redução narcisicamente orientados acabam na massificação do indivíduo que abandona sua subjetividade em nome do rebanho. Este livro trata o identitarismo como um sintoma do século XXI (Barros, 2024, p. 25-26).

Para o autor, o “identitarismo” teria emergido em função dos seguintes aspectos: “1) a globalização das atividades econômicas; 2) a precarização e a individualização do trabalho, aliada a um discurso liberal; 3) a flexibilização tanto das forças produtivas quanto das relações de produção; 4) a reorganização da vida socioeconômica interconectada em redes; e 5) a recolonização do imaginário por meio da representação moderna da racialização” (Barros, 2024, p. 157). Ao final da obra, o autor defende que existem dois tipos de “identitarismo”: um “progressista-laico”, localizado no campo da esquerda, e um “reacionário-sagrado”, no campo da direita (Barros, 2024, p. 180 e p. 185). O primeiro

apostaria nas instituições, na judicialização, na política como gestão, na adequação ao modelo de mercado. O segundo operaria fora da institucionalidade, na desestabilização, na eleição do inimigo comum e pela busca dos velhos valores perdidos. Barros termina o seu livro assim: “Sejamos realistas: implodamos o espaço da identificação. Não se trata de fazer Palmares de novo, mas sim de fazer um novo Palmares” (Barros, 2024, p. 190).

Barros (2024) é uma exceção a um grave problema que identifiquei na maioria das obras: a falsa assimetria entre identitários ou “identitarismo” de direita e de esquerda. No entanto, usa a mesma categoria para pensar os ativismos de esquerda e de direita. Nesse sentido, concordo plenamente com o historiador Enzo Traverso (2021) quando ele diz, analisando a situação política na Europa, que sequer podemos designar os dois espectros como “política identitária”. Isso porque quando a direita fala de identidade, diz o autor, a sua principal preocupação é a identificação, ou seja, as políticas adotadas para controlar os movimentos da população, no caso europeu, em especial, a migração.

A invenção dos papéis de identificação foi muito mais para controlar do que para reconhecer a cidadania como uma conquista de direitos políticos e legais. A identificação é apenas um aspecto daquilo que Foucault chamou de advento do poder biopolítico, com seu mecanismo de controle e governança dos territórios e da população (Traverso, 2021, p. 81).

Ou seja, as demandas da extrema-direita, quando falam de identidade, estão mais concentradas em controlar os diferentes e impedir os seus plenos direitos. Já as políticas de identidade da esquerda são muito diferentes, uma vez que não operam por exclusão, mas por uma demanda de reconhecimento que ainda não existe. O casamento civil igualitário, por exemplo, não era uma demanda para acabar com o casamento entre pessoas heterossexuais, mas para reconhecer as uniões entre pessoas do mesmo sexo. “*Black Lives Matter* não é um movimento “contra os brancos”, mas um movimento contra a opressão sofrida por uma minoria sujeita à crescente violência policial” (Traverso, 2021, p. 82).

3 A miopia

Em síntese, os liberais criticam os ativistas e movimentos identitários porque eles teriam esquecido os ideais clássicos do liberalismo e apostado em identidades essencializadas que impedem a construção de pautas mais universalistas. Já para os autores mais próximos do marxismo, o neoliberalismo, alçado às últimas consequências, teria criado uma sociedade cada vez mais composta por pessoas egoístas, que só pensam em si. Além disso, teria se apropriado das identidades subalternas para lucrar cada vez mais e gestar os conflitos. Se os primeiros apelam por mais liberalismo, os segundos apelam, de forma direta ou indireta, pela

valorização da classe e pelas críticas ao capitalismo como modo central do agir político das esquerdas. No entanto, os dois grupos se aproximam ao defender um certo tipo de universalismo que teria sido minado por perspectivas decoloniais, negras, *queer* e trans.

Conforme já defendemos em outro texto (Colling, 2026), em nossa leitura, trata-se de um diagnóstico com muitos equívocos e que reforça um processo de subjetivação anti-identitária que, nos últimos anos, foi iniciado e protagonizado por intelectuais e ativistas da extrema direita e fundamentalistas religiosos em torno, por exemplo, da ideia de “ideologia de gênero”, perspectiva já bem estudada por uma série de pesquisadores/as, como Sônia Correa (2018), Rogério Junqueira (2022), João Gabriel Maracci e Marco Aurélio Máximo Prado (2022), Judith Butler (2024), entre outros/as. Nesse sentido, não deixa de ser assustador que as categorias empregadas por alguns dos autores dos novos discursos críticos às identidades sejam iguais às acionadas pelos partidários da “ideologia de gênero”, inclusive com alertas e manuais para os pais combaterem a proliferação de discussões sobre identidades nas escolas. Butler, ao tratar sobre os movimentos de direita em torno da ideologia de gênero, nos Estados Unidos, evidenciou que eles também atacavam a teoria crítica da raça nas escolas.

Com um poder formidável, a expressão “teoria crítica da raça” é considerada uma agressão e, nos Estados Unidos, no momento em que este livro foi escrito, estava banida do currículo de ao menos sete estados, e em processo de proibição em dezesseis. Não é nenhuma surpresa que parte da mesma militância de direita estadunidense que se mobilizou contra teoria crítica da raça também tenha como alvo o ensino de “gênero” e “teoria queer” nas escolas (Butler, 2024, p. 113).

Ou seja, se nos últimos anos a extrema-direita e o fundamentalismo religioso atacaram as identidades subalternas, agora estamos assistindo à constituição de uma nova perspectiva anti-identitária, desta vez protagonizada por intelectuais que se situam no campo progressista, liberais e marxistas. Nossa hipótese é de que as condições de emergência desses novos saberes não estão imunes a todos os discursos anti-identitários produzidos pela extrema direita nas últimas décadas. Os trabalhos dos autores liberais e marxistas se situam em um processo de subjetivação que gerou uma profunda dessensibilização em nossa sociedade, em especial para com as identidades subalternas, tais como as LGBTQIAPN+ e as negras.

Nesse processo de ataque às identidades subalternas, os autores revelam uma espantosa miopia que vem à tona quando estudamos intelectuais como Wendy Brown (2017; 2021) e Quinn Slobodian (2024; 2025). Ambos defendem e evidenciam que o capitalismo e o neoliberalismo estão sendo utilizados para fomentar o autoritarismo, o nacionalismo, o ódio ao Estado, o conservadorismo cristão, o racismo, a misoginia e a LGBTfobia. O que está

ocorrendo nos últimos anos não é um processo de gestão ou captura das identidades, mas um processo de aniquilamento das identidades subalternas e da própria democracia.

Wendy Brown estudou em duas obras (2017; 2021) as transformações e influências do neoliberalismo em todas as esferas de nossas vidas e de como isso prejudica a democracia. No primeiro livro, definiu o neoliberalismo como “uma forma particular de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos, que está anulando silenciosamente elementos básicos da democracia” (Brown, 2017, p. 13). Recuperando e atualizando Michel Foucault (2022), que já tinha defendido que de *homo politicus* passamos a nos constituir como *homo oeconomicus*, Brown argumenta que o *homo oeconomicus* mudou significativamente sua forma, aproximando-se da de capital humano financeirizado. Ela elenca que isso ocorre de pelo menos três formas. Primeiro, em comparação ao liberalismo econômico clássico, agora somos *homo oeconomicus* em todas as partes. Em segundo lugar, o *homo oeconomicus* neoliberal toma a forma de capital humano para fortalecer seu posicionamento competitivo e, em terceiro, mas relacionado aos demais, está ligado muito mais ao capital financeiro ou de investimento, e não apenas capital produtivo ou empresarial. Ao invés de atacar os movimentos das identidades subalternas, ela centra suas críticas ao governo do presidente Obama que, segundo ela, sempre vinculava os direitos humanos (do casamento homossexual e da luta contra a discriminação sexual à energia limpa) com as contribuições dessas pautas ao crescimento econômico ou à competitividade dos Estados Unidos.

Na segunda obra, ela aponta que as transformações mais recentes do neoliberalismo têm a ver com o fato de ele se aliar à extrema-direita e se tornar cada vez mais autoritário e antidemocrático, ideias que também seriam estranhas ao liberalismo clássico. A novidade do neoliberalismo agora é que ocorre uma curiosa combinação da direita emergente com libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo.

Essas novas forças unem elementos familiares do neoliberalismo (desregulamentação do capital, repressão dos trabalhadores, demonização do Estado e da política, ataque à igualdade, promulgação da liberdade) com seus aparentes opositos (nacionalismo, reforço da moralidade tradicional, populismo antielitista e demandas por soluções estatais para problemas sociais e econômicos). Combinam sua suposta superioridade moral com um comportamento quase celebratório, amoral e desrespeitoso (Brown, 2021, p. 22).

O argumento de Brown é que o ataque neoliberal à democracia em todos os lugares moldou o direito, a cultura política e a subjetividade política.

Para compreender as raízes e as energias da situação atual, é necessário considerar a cultura política neoliberal e a produção do sujeito, não apenas as

condições econômicas e os racismos perenes que as engendraram. Isso significa considerar a ascensão de formações políticas autoritárias de nacionalismo branco, alimentadas pela raiva mobilizada pelos marginalizados econômica e racialmente, mas moldadas por mais de três décadas de ataques neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade. O sofrimento e o ressentimento racializados das classes trabalhadoras e média brancas, longe de serem distintos desses ataques, encontram voz e são formados a partir deles (Brown, 2021, p. 30).

Ao contrário dos seus colegas norte-americanos, vejamos como Brown analisa os movimentos sociais identitários:

Como qualquer estudioso sério da desigualdade sabe, o social é o terreno vital da justiça, pois é onde as histórias e hierarquias condensadas de uma determinada região, nação ou civilização são reproduzidas. Compreender as hierarquias sociais é a única maneira de entender o ato de se ajoelhar em protesto durante o hino nacional ou a afirmação de que vidas negras importam (#BlackLivesMatter), a alta taxa de suicídio entre adolescentes LGBTQIA+ ou entre mulheres que trabalham mais por menos (Brown, 2021, p. 71).

As obras de Quinn Slobodian (2024; 2025) colaboram para deixar o cenário ainda mais aterrador. Em *Capitalismo destrutivo*, ele exemplifica com muitos detalhes como os radicais do mercado criaram uma série de zonas em várias partes do mundo que são livres de impostos para que os super-ricos possam investir as suas fortunas. Um detalhe importante para que essas zonas funcionem: esses lugares não podem ser plenamente democráticos. Os exemplos passam por Hong Kong, Cingapura, Dubai, mas também em áreas da África, como a Somália, e da Europa, como Liechtenstein e na recuperação da *City of London* que, segundo o autor, “está voltando às suas raízes do século XX” (Slobodian, 2024, p. 246). Em todos esses lugares, argumenta, o que estamos vendo não é a união de capitalismo e democracia, mas a sua divergência cada vez maior.

O desempenho relativo das diferentes nações no início do século XXI apenas tornou o enredo mais claro. O capitalismo antidemocrático é a marca vencedora. O tempo todo, as expressões de admiração dos libertários pelos governos autoritários da Ásia são cada vez mais habituais (Slobodian, 2024, p. 245).

Se no primeiro livro Slobodian identifica que os principais defensores dessa tendência são o empresário Peter Thiel e o intelectual de direita Stephen Moore, no segundo livro, intitulado *Hayek's bastards*, o foco está nos continuadores (chamados pelo autor de “bastardos”) de Friedrich Hayek, autor referência para Steve Bannon e para o intelectual Charles Murray²². Membro da Sociedade Mont Pèlerin (MPS) desde 2000 e titular emérito da

²² São vários os “bastardos” citados e analisados no livro, entre eles o presidente da Argentina, Javier Milei. Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro são outros citados, influenciados pelas ideias do filósofo e economista Ludwig von Mises.

Cátedra Friedrich Hayek no American Enterprise Institute, Charles Murray defende que o crescimento do conhecimento genético vai concluir, dentro de alguns anos, que as mulheres são diferentes dos homens, os negros dos brancos, os pobres dos ricos e, assim, a direita dará um duro golpe na ideia de igualdade defendida pela esquerda.

As ideias racistas de Murray não são novas, mas nos últimos anos teriam se expandido e passaram a ser explicitamente adotadas por políticos da extrema-direita. Em 1994, por exemplo, Murray já tinha lançado um livro, em conjunto com Richard J. Herrnstein, intitulado *Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life*, em que defendia que existem diferenças raciais no QI dos estudantes. Slobodian faz várias críticas a esse livro, a exemplo de que os autores fizeram afirmações absolutas sobre “genes” quando, em sua própria análise, o status racial não se baseava em análises genéticas, mas na autoidentificação.

Indexar a capacidade intelectual em categorias de raça supostamente de senso comum validou entendimentos populares do conceito de raça e os envolveu na carapaça de um fato incontestável. A conclusão de geneticistas de fato (reafirmada agora pela genômica) de que existe mais variação dentro das chamadas populações raciais do que entre elas é ignorada em prol de um argumento polêmico. Em nome de uma nova linguagem científica para expressar sua ideia inalterada (Slobodian, 2025, p. 127).

Para Slobodian, Richard Hanania é o herdeiro intelectual de Herrnstein e Murray. Hanania é autor do livro *The origins of woke: civil rights law, Corporate America, and the triumph of identity politics*, lançado em 2023 e resenhado por Peter Thiel, que teria usado uma retórica violenta, escrevendo: “DEI nunca morrerá apenas com palavras — Hanania mostra que precisamos da força bruta da violência governamental para exorcizar o demônio da diversidade” (Slobodian, 2025, p. 174).²³

Slobodian ainda diz sobre Hanania:

Aclamado por sua editora, HarperCollins, como “um dos escritores mais comentados do país”, Hanania foi exposto em 2023 como o autor pseudônimo de artigos abertamente racistas para o site *AlternativeRight.com*, fundado pelo neonazista e supremacista branco Richard Spencer. Seus artigos incluíam apelos à esterilização forçada de todos com QI abaixo de noventa e afirmavam que os hispânicos “não têm o QI necessário para serem uma parte produtiva de uma nação de primeiro mundo” (Slobodian, 2025, p. 174).

Considerações finais

Como vimos, as obras de Quinn Slobodian fazem uma genealogia tanto das zonas de livre comércio sem democracia quanto das ideias racistas da extrema-direita alinhadas com o

²³ Nos Estados Unidos, DEI é a sigla para Diversidade, Equidade e Inclusão.

neoliberalismo. Lidas em conjunto, as obras de Brown e Slobodian nos oferecem leituras muito diferentes sobre os embates identitários produzidos pelos autores dos novos discursos críticos às identidades, sejam eles liberais ou marxistas. Ao invés de apontar que os ativistas e movimentos sociais influenciados por epistemologias decoloniais, negras, *queer* ou trans são os responsáveis pelo essencialismo (e suas categorias variantes como “identitarismo”), Brown e Slobodian evidenciam, com uma riqueza de exemplos, que o cerne do essencialismo está em outro lugar: na extrema-direita que, para levar o neoliberalismo às últimas consequências, tenta acabar com a democracia e com os principais atores políticos que a defendem: os movimentos sociais que injetaram o “veneno dos direitos civis” em nossas sociedades, como diz Slobodian (2025, p. 9).

Ou seja, o problema atual no tocante aos ativismos identitários não reside mais em apontar que as identidades subalternas foram geridas ou cooptadas pelo neoliberalismo. Isso é dizer o óbvio e os próprios estudos do campo já tratam sobre a problemática há tempo, a exemplo das reflexões sobre *pinkwashing* e homonacionalismo (ver, Puar, 2017; Bento, 2015). A novidade, nos alertam Brown e Slobodian, está na rearticulação de uma nova aliança entre extrema-direita e neoliberalismo, união que gera ataques sistemáticos contra a democracia e os movimentos sociais identitários. É dentro dessa nova realidade que devemos pensar as estratégias políticas de ativistas e movimentos sociais das identidades subalternas. Talvez ela nos ofereça uma explicação mais plausível para as eventuais derivas essencialistas que assistimos nos últimos anos.

Resumindo: na minha análise, os movimentos sociais identitários, nos últimos anos, tiveram sim uma deriva essencialista, mas considero equivocadas as fórmulas, categorias e argumentos utilizadas/os pelos autores que apresentei neste artigo. Os contextos sociais, culturais, políticos e subjetivos, potencializados pela extrema direita e pelo fundamentalismo religioso também fornecem dados para entender esse retorno ao essencialismo que imaginávamos, desde os estudos culturais e *queer*, quase superado. Em um contexto de constante ataque às diferenças é muito previsível que as pessoas e coletivos produzam discursos e ações mais essencialistas como estratégia de sobrevivência. Os argumentos dos autores liberais e marxistas acionados neste artigo apenas deixam evidente em quais redes de saber-poder e em quais processos de subjetivação eles estão inseridos. O que proponho é voltarmos a ter condições de criticar as políticas identitárias dentro de uma perspectiva pós-identitária, compreendendo os limites dessas políticas sem ataques que geram, ao final, perspectivas anti-identitárias. Esse será o nosso objetivo nos próximos textos oriundos desta cartografia.

Declaração de conflito de interesse

O autor declara que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de uso de IA

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Referências

- A LETTER on Justice and Open Debate. **Harper's Magazine**. July 7, 2020. Disponível em <https://harpers.org/a-letter-on-justice-and-open-debate/> - Acesso em: 26 out. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BENTO, Berenice. O retorno do essencialismo estratégico biológico. **CULT**, 24 de fevereiro de 2026. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/o-retorno-estrategico-do-essencialismo-biologico/> - Acesso em: 27 fev. 2026.
- BENTO, Berenice. “Pinkwashing à brasileira”: do racismo cordial à LGBTTTfobia cordial. **CULT**, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pinkwashing-brasileira-do-racismo-cordial-lgbtfffobia-cordial/> - Acesso em: 07 jul. 2026.
- BOSCO, Francisco. **O diálogo possível**. Por uma reconstrução do debate público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2022.
- BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.
- BROWN, Wendy. **En las ruinas del neoliberalismo**. El ascenso de las políticas antidemocráticas en Occidente. Madrid: Traficantes de sueños, 2021.
- BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos**. La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: Malpaso Ediciones, 2017.

- BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, Leandro. A emergência de novos discursos críticos às identidades: obras, pistas e hipóteses. **História Revista**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 230-252, 2026.
- COLLINS, Patrícia H. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra as mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (Org.). **Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, classe e sexualidade.** Curitiba: Appris, 2020, p. 23-98.
- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria crítica da raça: uma introdução.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas.** São Paulo: Faro editorial, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- GOMES, Wilson. **A tirania da virtude: autoritarismo, intolerância e dogmatismo na política identitária.** Salvador: Sagga, 2025.
- HAIDER, Asad. **Armadilha de identidade: raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo: Veneta, 2024.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença.** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.
- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte e Brasília: Editora UFMG e Unesco, 2003, p. 335-352.
- JAMISON, Peter; FISHER, Marc. Are hate crime hoaxes on the rise along with real hate crimes? **The Washington Post**, December 5, 2019. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/local/are-hate-crime-hoaxes-on-the-rise-along-with->

- real-hate-crimes/2019/12/05/de339302-0a44-11ea-97ac-a7ccc8dd1ebc_story.html - Acesso em: 26 fev. 2026.
- JUNQUEIRA, Rogério D. **A invenção de “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.
- LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o do amanhã**. Desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LOURO, Guacira L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.** V. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MARACCI, João G.; PRADO, Marco A. M. Ofensivas antigênero e a depuração dos Direitos Humanos como política de Estado no Brasil. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 22, n.4, p. 1372-1392, 2022.
- MIGUEL, Luis F. O lugar da identidade. **Substack**, 4 de agosto de 2025. Disponível em <https://lfmiguel.substack.com/p/o-lugar-da-identidade>. Acesso em: 10 dez. 2025.
- MIGUEL, Luis F. **Marxismo e política**: modos de usar. São Paulo: Boitempo, 2024.
- McWHORTER, John. **Racismo woke**: como a militância traiu o movimento antirracista. São Paulo: Faro Editorial, 2024.
- MOUNK, Yascha. **A armadilha da identidade**. Uma história das ideias e do poder em nosso tempo. São Paulo: Edições 70, 2024.
- NEIMAN, Susan. **A esquerda não é woke**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2024.
- PUAR, Jasbir K. **Ensamblajes terroristas**. El homonacionalismo en tiempos queer. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2017.
- RISÉRIO, Antonio. **Adeus, identitarismo**: a hora da maré vazante. São Paulo: LVM Editores, 2026.
- RISÉRIO, Antonio. **Identitarismo**. São Paulo: LVM Editores, 2024.
- RISÉRIO, Antonio. **Mestiçagem, identidade e liberdade**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2023.
- RISÉRIO, Antonio (org). **A crise da política identitária**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2022.
- RISÉRIO, Antonio. **Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
- SAUL, Stephanie. Fim de ações afirmativas muda perfil racial das universidades americanas. **Folha de S. Paulo**, 20 fevereiro de 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/02/fim-de-aco-es-afirmativas-muda-perfil-racial-das-universidades-americanas.shtml> - Acesso em: 5 mar. 2026.

- SCHUCMAN, Lia V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Veneta, 2020.
- SHELDON, Louis P. **A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade**. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2012.
- SLOBODIAN, Quinn. **Hayek's bastards**. The neoliberal roots of the populist right. Londres: Allen Lane, 2025.
- SLOBODIAN, Quinn. **Capitalismo destrutivo**: os radicais do mercado e a ameaça de um mundo sem democracia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2024.
- SPIVAK, Gayatri C. Interview with Angela McRobbie. **Block**, v. 10, p. 5-9, 1985.
- TÁÍWÒ, Olúfémi. **Captura**: como a elite sequestrou as políticas de identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2025.
- TRAVERSO, Enzo. **As novas formas do fascismo**. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.
- VASCONCELOS, Francisco T. R. O arqueofuturismo de Guillaume Faye e a Nouvelle Droite (1970-2019): uma metapolítica da guerra étnica para uma Europa em crise. **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-26, 2023.

The Myopia of Liberal and Marxist Anti-Identitarians

Abstract: The text presents a cartography of a series of recent works written by liberal and Marxist intellectuals who have articulated new critical discourses on Black identities and on sexual and gender diversity. It argues that these works are consolidating an anti-identitarian perspective and shows that several authors attribute to decolonial, Black, queer, and trans epistemologies what they describe as a new form of identitarian essentialism. Furthermore, neoliberalism is said to have appropriated identities in order to manage and neutralize their emancipatory force. Through the studies of Wendy Brown and Quinn Slobodian, the text contends that these diagnoses are misplaced, since the core of contemporary essentialism lies in the rise of the far right, which, in seeking to push neoliberalism to its ultimate consequences, attempts to erode democracy and dismantle the principal political actors committed to its defense.

Keywords: Identitarianism, Neoliberalism, Race, Gender, Philosophy.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.